

I Colóquio de História do Rio de Janeiro Colonial

(21 a 23 de Novembro, UNIRIO)

Local: Auditório Paulo Freire

Organizadores: Maria Isabel de Siqueira e Thiago Krause

Programação

21/11/2018

09:30 - Conferência de Abertura

Ronaldo Vainfas (UFF) - Santo Ofício em terra fluminense: agentes e réus nos séculos XVII e XVIII

12:00 – Almoço

1) Elites & Poder – 14:00

Luciano Figueiredo (UFF) - Desafiando o Atlântico: as elites e as crises políticas no Rio de Janeiro e na Virginia (século XVII)

Antônio Carlos Jucá (UFRJ) - Nobreza da terra e elite mercantil: notas sobre a construção de uma hierarquia social costumeira (séculos XVII e XVIII)

João Fragoso (UFRJ) – Conquistadores quinhentistas, mando local e Monarquia no Rio de Janeiro do século XVIII: notas sobre os mestres de campo dos auxiliares

Renato Franco (UFF) - Poder, prestígio e caridade: a Santa Casa de Misericórdia (c.1700-1808)

Debatedor: Thiago Krause (Unirio)

22/11/2018

2) Política & Administração – 09:00

Marcos Sanches (Unirio) – A Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro: oficiais e contratos numa sutil dialética

Ronald José Raminelli (UFF) - soberania régia e conflitos jurisdicionais: o caso da Paraíba do Sul, c. 1650-1730

Victor Hugo Abril (UFRPE) - Nenhuma embarcação cruza oceanos sem encontrar tempestades: governo, poderes locais e portos (1700-1750)

Isabele Mello (UFRJ) - Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos: um estudo de caso (século XVIII)

Debatedor: Marcello Loureiro (pós-doutorando UFF)

12:00 – Almoço

3) Indígenas e Africanos numa Sociedade Escravista – 14:00

Márcio de Sousa Soares (UFF) - O clero secular e a promoção social hierarquizada de escravos no recôncavo da Guanabara (século XVIII)

Claudia Rodrigues (Unirio) - A cada cativo sua cova: notas sobre a hierarquização das sepulturas de escravos na Igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá (1730 a 1815)

Maria Regina Celestino (PPGH-Unirio) – Políticas indígenas e política indígenista no tempo de Pombal: ideais assimilacionistas e manutenção das identidades.

Márcia Amantino (Universo) - Os Índios e a expulsão da Companhia de Jesus

Debatedor: Leonardo Marques (UFF)

23/11/2018

4) Catolicismo e Hierarquias Sociais – 09:30

William Martins (UFRJ) – A morte e os milagres de frei Fabiano de Cristo: conexões entre crenças religiosas e cura de doenças no Rio de Janeiro setecentista

Anderson José Machado de Oliveira (Unirio) - Dispensas eclesiásticas, clero secular e hierarquias entre descendentes de escravos (séculos XVII-XIX)

Beatriz Catão (UFRJ) - O episcopado e as festas na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII: o veto aos batuques

Debatedor: Jorge Victor de Araújo Souza (UFRJ)

12:00 – Almoço

14:00 – Conferência de Encerramento

Fernanda Bicalho (UFF) - As dimensões da *capitalidade* do Rio de Janeiro no século XIX: produções discursivas, iconográficas e cartográficas e uma experiência pedagógica

Resumos

21/11/2018

09:30 - Conferência de Abertura

Ronaldo Vainfas (UFF) - Santo Ofício em terra fluminense: agentes e réus nos séculos XVII e XVIII.

Balanco da atuação inquisitorial no Rio de Janeiro em conexão com a crescente importância da cidade e da capitania no império marítimo português. Papel do episcopado e da Companhia de Jesus na perseguição inquisitorial dos cristãos-novos no século XVIII. A formação da malha de Comissários e Familiares do Santo Ofício no Rio de Janeiro. Os grandes casos da Inquisição em terra fluminense.

12:00 – Almoço

1) Elites & Poder – 14:00

Luciano Figueiredo (UFF) - Desafiando o Atlântico: as elites e as crises políticas no Rio de Janeiro e na Virginia (século XVII)

A apresentação pretende demonstrar alguns aspectos comuns e as singularidades das reações de grupos das elites nas Américas portuguesa e inglesa diante dos impasses da colonização que se acumularam na segunda metade do século XVII. Para isso aborda as circunstâncias que levaram à rebelião de 1660, no Rio de Janeiro e São Paulo, e à revolta de Bacon, na Virginia, em 1676. Embora os condicionantes para a crise tenham sido semelhantes, as diferenças no desenrolar dos protestos e seus desfechos permitem refletir sobre as tradições políticas desafiadas pela experiência de governar no Novo Mundo.

Antônio Carlos Jucá (UFRJ) - Nobreza da terra e elite mercantil: notas sobre a construção de uma hierarquia social costumeira (séculos XVII e XVIII)

O objetivo dessa apresentação é o aprofundamento do conceito de hierarquia social costumeira, entendida aqui como uma hierarquia que tinha por pressupostos tanto a lógica normativa do Antigo Regime quanto a escravidão, e que era construída localmente, como resultante da correlação de forças existente em cada região e a cada momento. O Rio de Janeiro setecentista apresenta-se aqui como um locus privilegiado

para seu estudo, já que combina uma elite senhorial já assentada e uma elite mercantil em surgimento. As formas como ambas se relacionavam e se inseriam na estrutura social mais ampla nos dá excelentes pistas para entendermos os mecanismos de construção e reiteração de tal hierarquia.

João Fragoso (UFRJ) – Conquistadores quinhentistas, mando local e Monarquia no Rio de Janeiro do século XVIII: notas sobre os mestres de campo dos auxiliares

A comunicação apresenta a hipótese de que o ofício de mestre de campo dos auxiliares era a reafirmação do pacto político entre a coroa e os conquistadores quinhentistas, no Rio de Janeiro do século XVIII. Em outras palavras, o exercício do dito ofício significava, a um só tempo, a prestação de serviços essenciais à monarquia e a concessão de uma dádiva às famílias dos conquistadores. Para a coroa o exercício da função de mestre de campo dos auxiliares pelos por famílias que secularmente detinham mando local implicava, sem ônus para a fazenda real, o recrutamento para as tropas regulares, à repressão aos quilombos, a coerção na cobrança de impostos etc. Por seu turno, para as referidas famílias o desempenho daquelas funções representava à mercê do poder local ou ainda o reconhecimento da coroa do seu mando sob as populações locais e a oportunidade surgir aos olhos dos últimos com o seu mando pessoal *confundido* com o da Monarquia.

Renato Franco (UFF) - Poder, prestígio e caridade: a Santa Casa de Misericórdia (c.1700-1808)

Ao longo do século XVIII, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro consolidou-se como uma das mais dinâmicas congêneres do império, beneficiando-se da pujança econômica carreada pela descoberta das áreas minerais no interior da América. Na contramão do que se constatava noutras partes do império como um todo, a Misericórdia do Rio de Janeiro tornou-se progressivamente relevante, beneficiando-se do enriquecimento das elites locais, em um momento em que o modelo das Santas Casas parecia cada vez menos usual. Especialmente a partir dos anos 1730, a irmandade incorporou em seus quadros, sem maiores embates, os comerciantes que faziam fortuna com o dinamismo econômico do centro-sul da América portuguesa. Esta comunicação volta-se para dois aspectos essenciais na história daquela instituição: a virada do século XVII para o XVIII como um momento definidor da importância regional da confraria; a

segunda metade do século XVIII como o período de consolidação dos comerciantes no comando da irmandade.

22/11/2018

2) Política & Administração – 09:00

Marcos Sanches (Unirio) – A Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro: oficiais e contratos numa sutil dialética

Na presente comunicação entende-se que a Fazenda ocupou posição central na consolidação do estado monárquico português e na administração do Estado do Brasil onde foi instituída, desde 1548, uma estrutura verticalizada, através da Provedoria-mor na Capitania da Bahia e das Provedorias de Fazenda instaladas nas demais Capitanias. Como instituição, as Provedorias se revelaram instituidoras de uma disciplina social, mas, operando sob uma sutil dialética, entre o controle monárquico sobre as conquistas e a sua efetivação monopolizada pelos grupos mais destacados da sociedade colonial.

Tanto quanto a estrutura organizacional da Fazenda, ainda pouco sistematizada pela historiografia, investiga-se o processo dialético entre a verticalidade da administração e sua operação permeada pelas relações sociais do mundo colonial, tomando-se como estudo de caso a Provedoria da Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XVII e as primeiras décadas do século XVIII, momento em que a citada Capitania assume posição central na América Portuguesa.

Ronald José Raminelli (UFF) - soberania régia e conflitos jurisdicionais: o caso da Paraíba do Sul, c. 1650-1730

A comunicação analisa os limites da soberania régia sobre a Paraíba do Sul a partir dos conflitos entre o donatário da capitania e o governador do Rio de Janeiro. Em 1674, a monarquia portuguesa a concedeu à Casa Asseca, mas o território ficou abandonado e sujeito às ocupações das ordens religiosas e dos criadores de gado. Anos depois, o Visconde de Asseca retomou o controle, mas enfrentou forte oposição do governador que a tinha ilegalmente como capitania anexa ao Rio de Janeiro. No embate, nem sempre os opositores se guiaram pelas ditames do poder real. Intensificados entre 1727 e 1730, os abusos e conflitos de jurisdição demonstravam os limites da soberania

régia nos confins do império. O trabalho ainda destaca as diferenças entre as intervenções régias e os interesses particulares das autoridades providas pela monarquia.

Victor Hugo Abril (UFRPE) - Nenhuma embarcação cruza oceanos sem encontrar tempestades: governo, poderes locais e portos (1700-1750)

Faz-se necessário refletir sobre o governo colonial. Quem era esses agentes, trajetórias e redes relacionais no reino e nas colônias. Como espaço esquadrihamos a capitania de Pernambuco, contudo se torna essencial para esse estudo a história comparada. Patentes, regimentos, instruções e residências que atravessavam o atlântico em direção aos portos costeiros.

Também é importante a investigação sobre o governo interino. Origem e laços com o poder central e os infinitesimais poderes locais. De sua vivência em colônias, observamos as práticas governativas. Nesta comunicação faremos um esforço de compreender o governo colonial, um tema bem trabalhado pela historiografia, porém pouco aprofundado.

Isabele Mello (UFRJ) - Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos: um estudo de caso (século XVIII)

Durante todo o período colonial ocorreu um intenso fluxo populacional entre o reino e o ultramar. Em virtude da grande necessidade de administração e redistribuição do capital familiar dos indivíduos que faleciam nas possessões ultramarinas ou em viagem marítima, a coroa portuguesa instituiu em diversas capitanias *Provedorias dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos*. Os provedores dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos eram responsáveis pela execução, arrendamento e arrecadação dos bens de todos os indivíduos que não deixassem entre seus herdeiros órfãos menores de vinte e cinco anos. Caso contrário, essa atribuição ficava a cargo dos juízes de órfãos. No entanto, cabia aos provedores acompanhar o trabalho dos juízes de órfãos e dos tutores, verificando a administração das fazendas dos órfãos em seu espaço de jurisdição. Essa comunicação tem como objetivo apresentar o complexo funcionamento dessas instituições na América portuguesa, efetuar uma breve análise do aparato normativo e das atividades desempenhadas pelos magistrados nomeados para esse juízo, buscando relacionar norma e prática judicante com um estudo de caso centrado na comarca do Rio de Janeiro.

12:00 – Almoço

3) Indígenas e Africanos numa Sociedade Escravista – 14:00

Márcio de Sousa Soares (UFF) - O clero secular e a promoção social hierarquizada de escravos no recôncavo da Guanabara (século XVIII)

Esta comunicação examina o governo cristão dos escravos exercido pelo clero secular na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, por meio do destino reservado aos cativos nas últimas vontades expressas nos testamentos de seus senhores. Em outras palavras, pretende estabelecer relações entre a piedade católica, leia-se “virtude moral com que temos devoção e respeito a Deus, aos santos e às coisas sagradas”, e a promoção social hierarquizada de escravos por meio dos testamentos dos padres que residiam nas freguesias rurais e urbanas localizadas no entorno do recôncavo da Guanabara.

É de longa data que a historiografia lança mão dos testamentos como fonte para o estudo da escravidão africana no Brasil. Entretanto, salvo alguns estudos mais recentes, os dados sobre os escravos, com especial destaque para as alforrias, são extraídos dos documentos sem que seja feita uma reflexão mais alentada sobre a natureza da fonte.

Uma vez que, na América portuguesa, os escravos compunham parcela significativa das fortunas dos testadores, ao serem frequentemente mencionados dentre os demais bens possuídos e sobre os quais se decidia o destino sob a forma de venda, divisão entre herdeiros, doações e alforrias, a maior parte dos estudos deixa de lado a dimensão confessional dos testamentos.

Entretanto, estudos recentes têm demonstrado que as disposições testamentárias sobre os bens materiais estavam intimamente relacionadas com as expectativas de salvação nas sociedades católicas de antigo regime. Afinal, era esta a razão de ser de um testamento: instrumento de preparação para uma *boa morte*, ou seja, o cumprimento de ritos fúnebres, sufrágios, obras pias que pudessem abreviar o tempo incerto da permanência no Purgatório. Na ausência de herdeiros forçados (descendentes ou ascendentes) e apesar da frequente menção à existência de parentes colaterais, mormente irmãos e sobrinhos, não raro os sacerdotes instituíam as suas próprias almas

como herdeiras, visto que as doutrinas jurídicas de antigo regime ibérico herdaram do medievo a concepção de que as mesmas eram sujeitas de direitos. Por conseguinte, o patrimônio que possuíam, no qual figuravam os escravos, foram convertidos em bens da alma daqueles testadores que os alforriavam pelo amor de Deus ou por esmola, transformavam em legados pios à irmandades e igrejas, doações a parentes e amigos ou, então, ordenavam aos testamenteiros que os levassem à praça para que o produto de suas vendas pudesse saldar as despesas fúnebres. Em suma, os destinos reservados aos escravos nos testamentos após a morte de seus donos permitem compreender as práticas costumeiras que impulsionavam a dinâmica da escravidão de acordo com a vivência do catolicismo associada aos valores de antigo regime.

Claudia Rodrigues (Unirio) - A cada cativo sua cova: notas sobre a hierarquização das sepulturas de escravos na Igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá (1730 a 1815)

A partir da análise das práticas de inumação de escravos na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, entre 1730 e 1815, compreenderei o modo pelo qual as hierarquias vigentes entre os cativos em vida se expressavam, após a morte, na diferenciada distribuição de suas covas numa importante área agrícola do Rio de Janeiro colonial, detentora de grande quantidade de escravos. Ao contrário da perspectiva comumente difundida de que, quando não abandonados nos campos, restava aos cativos mortos os espaços do lado de fora dos templos católicos, à céu aberto, buscarei demonstrar a existência de covas nas quais alguns escravos “privilegiados” que compunham a chamada elite do cativo foram sepultados não só no interior do templo, mas em sepulturas mencionadas como sendo de sua propriedade.

Maria Regina Celestino (PPGH-Unirio) – Políticas indígenas e política indigenista no tempo de Pombal: ideais assimilacionistas e manutenção das identidades.

Em meados do século XVIII, a política indigenista de Pombal propunha civilizar e assimilar os índios, acabando com as distinções entre eles e os demais vassallos do Rei e extinguindo as antigas aldeias coloniais que deveriam se tornar vilas e lugares portugueses. A aplicação da lei seguiu procedimentos diversos, dada a heterogeneidade dos povos indígenas da América portuguesa. No Rio de Janeiro, apesar das mudanças propostas, o patrimônio coletivo das aldeias foi mantido para os índios e malgrado à presença cada vez mais intensa dos não índios em seu interior e as usurpações ilegais

que se faziam, suas terras não reverteram para patrimônio comum das novas povoações. Muitos índios permaneceram nas aldeias, tentando preservar o patrimônio que lhes havia sido coletivamente legado. Esta comunicação pretende analisar, de forma articulada, a política indigenista da Coroa e a atuação política dos índios que atuavam de acordo com a cultura política do Antigo Regime que lhes garantia alguns direitos pela condição de aldeados. Vários deles permaneceram nas antigas aldeias até o século XIX, afirmando a identidade indígena e contrariando o discurso assimilacionista dos moradores autoridades locais.

Márcia Amantino (Universo) - Os Índios e a expulsão da Companhia de Jesus

Essa comunicação tem como proposta analisar como os indígenas foram utilizados pela coroa portuguesa para justificar o processo de desgaste e posterior expulsão dos padres da Companhia de Jesus em 1759. Para tanto, serão apresentados documentos referentes à capitania do Rio de Janeiro, demonstrando que os grupos indígenas, aldeados ou não, atuaram como agentes ativos e foram apresentados pelas autoridades como provas cabais de que os jesuítas estavam controlando esses vassalos sem lhes dar em troca, a “civilidade” e a conversão religiosa que se esperava. Os indígenas da capitania do Rio de Janeiro serão analisados como elementos de impacto no complexo processo que culminou na expulsão dos jesuítas, mas a saída dos padres foi apenas o início de novas configurações sociais para esses grupos.

23/11/2018

4) Catolicismo e Hierarquias Sociais – 09:30

William Martins (UFRJ) – A morte e os milagres de frei Fabiano de Cristo: conexões entre crenças religiosas e cura de doenças no Rio de Janeiro setecentista

Com base nos relatos, de caráter hagiográfico, elaborados sobre frei Fabiano de Cristo, e em testemunhos deixados por fiéis após a morte do religioso, pretende-se estudar as representações em torno da morte do servo de Deus, e analisar as conexões existentes entre o culto aos santos e a cura de doenças no Rio de Janeiro em meados do século XVIII. No referido contexto, era marcada a indistinção entre saberes médicos e crenças religiosas. Partindo do referido pressuposto, o zeloso desempenho, durante décadas, da função de enfermeiro do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro,

permitiu que alguns fiéis o identificassem como o santo, após o momento da morte do religioso franciscano. Como foi dito, os traços da santidade de frei Fabiano podem ser encontrados em relatos de caráter hagiográfico produzidos por frei Apolinário da Conceição, cronista da Província franciscana do Rio de Janeiro e, principalmente, no inquérito de testemunhas, ordenado pelo bispo fluminense, que trouxe informações sobre a utilização de relíquias e sobre a invocação do servo de Deus para a cura de doenças padecidas por inúmeros fiéis.

Anderson José Machado de Oliveira (Unirio) - Dispensas eclesiásticas, clero secular e hierarquias entre descendentes de escravos (séculos XVII-XIX)

O acesso ao segmento clerical nas sociedades de Antigo Regime era um fator de distinção social. A função sacerdotal literalmente conferia foro privilegiado e agregava honra e prestígio tanto àquele que nela era investido quanto à sua parentela. Deste modo, em uma sociedade escravista perpassada pela cultura política do Antigo Regime, o acesso de descendentes de escravos ao sacerdócio era um fator que redefinia de posições sociais entre cativos e egressos do cativo. As dispensas eclesiásticas que tornavam este movimento possível, principalmente àquela que se referia ao “defeito da cor”, recriavam hierarquias e reforçam um processo de dominação que equilibrava a manutenção da escravidão e a possibilidade de mobilidade social de homens que emergiam de setores subalternos da sociedade. Refletir de forma ensaística sobre tais questões é o objetivo desta comunicação.

Beatriz Catão (UFRJ) - O episcopado e as festas na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII: o veto aos batuques

A comunicação analisa a regulamentação do episcopado sobre as festas no bispado do Rio de Janeiro no século XVIII, a partir de pastorais e editais localizados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Considera-se a ação dos bispos reformadores D. António de Guadalupe, D. António do Desterro, D. José Castelo Branco e D. José da Silva Coutinho. Interessa examinar essas normas, de cunho disciplinar e rigorista, assim como refletir sobre as artes de governar no Antigo Regime. As normas incidem sobre as festas através da música, das danças, das vestimentas e de um enquadramento espaço-temporal. Dentre elas, destaca-se uma pastoral, contra os batuques, cujo sentido vai além da exclusão de elementos associados à população africana e afrodescendente. A comunicação faz um inventário do termo batuque e

discute com a historiografia da diáspora, para refletir se é possível associar as manifestações cerceadas pela pastoral aos grupos de cultura centro-africana.

12:00 – Almoço

14:00 – Conferência de Encerramento

Fernanda Bicalho (UFF) - As dimensões da *capitalidade* do Rio de Janeiro no século XIX: produções discursivas, iconográficas e cartográficas e uma experiência pedagógica

Inúmeras foram as mudanças sofridas pela cidade do Rio de Janeiro e considerável foi o seu crescimento no início do século XIX. A transformação da cidade em capital do império português e, posteriormente, do Império do Brasil, foi acompanhada pela construção de muitas edificações, pelo adensamento demográfico, pela complexidade de suas atividades econômicas, administrativas, lúdicas e cerimoniais, assim como pela criação de novos espaços de sociabilidade e de novas hierarquias sociais, políticas e simbólicas. O propósito desta conferência é inquirir sobre o processo de mudança sofrido pela cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XIX, assim como analisar as produções discursivas, iconográficas e cartográficas relacionadas à construção de uma dimensão de *capitalidade* no período em que a cidade se tornou sede da Corte e capital do Império português e do Brasil. Uma de suas intenções é testar a produção de instrumentos pedagógicos para a formação de pesquisadores, professores, alunos universitários e do ensino médio e fundamental, além de subsídios para ações de intervenção e preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural carioca.